

Secretário do Planejamento reforça importância do diálogo com a Alep na Reforma Administrativa

19/02/2019

Planejamento

O secretário do Planejamento e Projetos Estruturantes, Valdemar Bernardo Jorge, reforçou nesta segunda-feira (18), que segue trabalhando de forma transparente e com diálogo, a Reforma Administrativa estabelecida pelo governador Ratinho Junior.

A afirmação foi durante a reunião com os Deputados Estaduais, na Assembleia Legislativa do Paraná, que também contou com a presença do chefe da Coordenadoria Técnico-Legislativa, Eduardo Magalhães.

Na reunião, Valdemar esclareceu que objetivo da proposta é diminuir a máquina, trazer economia aos cofres públicos e modernizar a estrutura pública. Ele ainda tirou as dúvidas dos deputados sobre a criação de Superintendências e a readequação de cargos para atrair profissionais com maior qualificação para a gestão pública.

“Mais do que apresentar nosso Plano de Reforma Administrativa, nosso objetivo é entender e colher as demandas dos deputados. A gente vai construir junto uma Reforma Administrativa em prol dos paranaenses. Virá um substitutivo com algumas melhorias que foram colocadas aqui e até com demandas dos próprios deputados para que a gente possa trabalhar com absoluta transparência”, afirmou o secretário do Planejamento.

O projeto de lei nº 57/2019 que trata da Reforma Administrativa proposta pelo Governo do Paraná passará pela primeira modificação. As alterações que forem sugeridas pelos deputados serão incorporadas ao texto original e uma nova proposta, em forma de substitutivo geral, será encaminhada para o Legislativo.

O líder do Governo no Legislativo, deputado Hussein Bakri (PSD), disse que “reuniões como essas serão rotina para que as propostas do Executivo possam tramitar de forma transparente”.

O novo texto da Reforma Administrativa deverá ser encaminhado para a

Assembleia Legislativa ainda está semana e, somente depois da apresentação do substitutivo geral é que será definida uma data para a inclusão do projeto na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a constitucionalidade e a legalidade das proposições.